

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
CURSO DE GEOGRAFIA**

**PATRÍCIA VIEIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO  
E INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS: O CASO DA ESCOLA  
ESTADUAL ANTÔNIO PINTO PEREIRA  
JARDIM-MS**

JARDIM-MS

2014

**PATRÍCIA VIEIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO  
E INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS: O CASO DA ESCOLA**

**ANTÔNIO PINTO PEREIRA**

**JARDIM-MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade  
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária  
de Jardim como pré-requisito para obtenção do grau de  
Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Débora Cristina Macorini Ocon

**JARDIM-MS**

**2014**

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação**  
**UEMS – Jardim**

VIEIRA, P.

Políticas Públicas de Acesso e Inclusão dos Portadores com Necessidades Educacionais Especiais: O Caso da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira em Jardim-MS/ Patrícia Vieira - Jardim: [s.n], 2014. F39

Trabalho de Conclusão de curso TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Curso de Geografia, 2014.

Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Ma. Débora Cristina Macorini Ocon

1. Inclusão Social 2. Políticas Públicas 3. Inclusão no Ensino Regular

É concedida à Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste TCC somente para propósitos acadêmicos e científicos.

---

Patrícia Vieira

# TERMO DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA VIEIRA

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: O CASO DA ESCOLA ANTÔNIO PINTO PEREIRA JARDIM-MS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Débora Cristina Macorini Ocon

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Patrícia Gressler Groenendal da Costa

---

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho de conclusão de curso a todos os meus familiares, e em especial as minhas filhas Isabela e Amanda que são a razão de todo meu esforço para chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a Deus por me conceder o dom da vida.

A minha família. Meu marido Carlos Alberto e minhas filhas Amanda e Isabela por me incentivarem e participarem das minhas expectativas, obrigada pela força e por não deixarem esquecer que tenho capacidade de concluir este curso.

Aos meus colegas de curso que de alguma maneira participaram das minhas angústias em momentos de desânimo, do cansaço físico e mental.

Quero agradecer também aos professores que contribuíram para meu crescimento acadêmico, em especial a minha orientadora Débora Cristina Macorini Ocon, pelas suas contribuições e orientações, por acreditar e me incentivar a realizar este trabalho.

Enfim, muito obrigada a todos que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal.

## EPÍGRAFE

*É preciso substituir um pensamento  
que isola e separa por um pensamento  
que distingue e une (Edgar Morin)*

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo o estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiências escolares especiais no âmbito do ambiente escolar. A centralidade nas reflexões desse trabalho está amparada no levantamento de políticas públicas e de legislações sobre a inclusão escolar. A proposta das políticas que envolvem essa discussão são para propor uma educação de qualidade respeitando as diferenças e repudiando qualquer forma de discriminação e preconceito. Contudo, verifica-se que existem grupos excluídos do processo de legalidade do acesso e permanência escolar. Dessa forma a pesquisa, alicerçou-se em reflexões pautadas no levantamento e possibilidades da vivência coletiva diversificada com a finalidade de mostrar a importância do acesso a pessoas inseridas na comunidade escolar. A escola Estadual Antônio Pinto Pereira foi estudada neste trabalho como estudo de caso, para isso foi realizado de forma qualitativa o levantamento bibliográfico sobre a temática, e o trabalho a campo, a fim de verificar as possibilidades de vivência e de acessibilidade da inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais no Ensino Básico.

Palavras-chave: Inclusão Social; / Políticas Públicas; / Educação Básica.



## **ABSTRACT**

This research aims to study the inclusion of people with special educational deficiencies within the school environment. The centrality in the reflections of this work is supported in the survey of public policies and laws on school inclusion. The proposal of policies involving this discussion is to offer a quality education respecting differences and rejecting any form of discrimination and prejudice. However, it appears that there are groups excluded of the legality on access and permanence school process. Thus, the research was based on the survey of the diverse collective experience in order to show the importance of access to people engaged in the school community. The State Antonio Pinto Pereira school was studied in this paper as a case study, for it was done in a qualitative way the literature on the subject, and the work field in order to verify the possibilities of experience and accessibility of inclusion of people of special educational needs in basic education.

**Keywords:** Social Inclusion; / Public Policy; / Basic Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01-Localização da Escola Estadual Antonio Pinto Pereira na cidade de Jardim-MS.....	28
Figura 02-Rampa de acesso na entrada da Estadual Escola Antônio Pinto Pereira....	31
Figura 03-Localização da sala de Recurso Multifuncional da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira.....	32
Figura 04-Estrutura física da sala de Recurso Multifuncional da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira.....	33

## **LISTA DE QUADRO**

01- Tipos de PNEE que estudam na Escola Antônio Pinto Pereira.....	33
02- Tempo de atuação dos professores entrevistados.....	34

## **LISTA DE SIGLAS**

AACD - Associação de Assistência a Criança Defeituosa

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

EEAPP-Escola Estadual Antônio Pinto Pereira

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBC - Instituto Benjamim Constant

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

PNEE - Portadores de Necessidades Educacionais Especiais

PNE - Plano Nacional da Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

ONU - Organização das Nações Unidas

SDH - Secretaria dos Direitos Humanos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I INCLUSÃO SOCIAL:PERSPECTIVA E DESAFIOS .....</b>	<b>15</b>
1.1 A Educação Especial no Brasil:Desafios e Contextualização Histórica .....	19
1.2 Inclusão Social no Sistema Educacional Brasileiro .....	20
<b>CAPÍTULO II POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO III EDUCAÇÃO ESPECIAL: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO PINTO PEREIRA.....</b>	<b>27</b>
3.1 Histórico da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira .....	28
3.2 Análise de Dados Obtidos em Pesquisa de Campo .....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo geral estimular uma reflexão em torno da temática sobre políticas públicas e inclusão dos educando portadores de necessidades especiais no ensino regular favorecendo o processo de inclusão do educando para que o mesmo possa estar presente em todos os acontecimentos da escola desenvolvendo o pleno exercício da cidadania.

Todavia os objetivos específicos se concretizam no levantamento do conhecimento teórico-metodológico sobre a inclusão social no âmbito do Brasil. Desta forma, observar o acesso e a permanência dos educandos na Escola Estadual Antônio Pinto Pereira perante as políticas públicas existentes. E por fim propor uma reflexão sobre as Políticas Públicas que amparam esse direito.

O trabalho esta dividido em três capítulos inclusão social as perspectiva e desafios para os deficientes em busca de uma educação de qualidade. O segundo capítulo se refere às políticas públicas de inclusão á educação mostrando os procedimentos norteadores de ação do poder público com a sociedade. E o terceiro capítulo refere-se ao objeto de estudo a escola Estadual Antônio Pinto Pereira e os resultados obtidos na pesquisa de campo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo de 2010, cerca de 45.606.048 de brasileiros, ou seja, 23,9% da população total do país possuem algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora, e mental ou intelectual). Cabe aqui destacar que do total de deficiências declaradas no estudo à deficiência visual apresentou a maior ocorrência 18,6% da população, em seguida esta a deficiência motora ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva 5,10% e da deficiência mental ou intelectual em 1,40% da população. (CENSO, 2010)

No entanto, mesmo com qualquer tipo de deficiência, os direitos humanos são assegurados a todos os brasileiros, isto é sem exceção, independente de possuírem ou não algum tipo de deficiência. Para suprir a necessidade social desse grupo populacional, é possível verificar o desenvolvimento de projetos e programas vinculados a atuação do poder público em diferentes esferas, principalmente as de responsabilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Está incluso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, art. XXVI que toda pessoa tem direito<sup>1</sup> a educação obrigatória e gratuita na educação infantil, fundamental e média.

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais [...]

As reformulações no sistema educacional brasileiro através da Declaração Universal dos Direitos Humanos foram para que os portadores de necessidades educacionais especiais fossem inclusos na sociedade enquanto indivíduos sociais.

Considera-se que a postura de aceitação das diferenças através da inclusão educacional é resultado da criação e implantação de legislações, deve-se destacar que a escola é o primeiro lugar de interação do indivíduo em sociedade, portanto é o local da representação da diversidade.

Entende-se a inclusão de portadores de necessidades especiais como algo necessário, mas observa-se que a inclusão não é necessariamente permitir a matrícula escolar e tratar o educando especial comumente aos demais, o portador de necessidades especiais possui suas particularidades, as quais devem ser observadas e induzidas para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

## CAPÍTULO I

### INCLUSÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Inclusão social diz respeito a uma ampla ação, onde se propõe uma educação de qualidade respeitando as diferenças e principalmente que ultrapasse barreiras como a discriminação e o preconceito. De acordo com Mantoan [...] *as diferenças são produzidas e não devem ser naturalizadas, como pensamos habitualmente. Essa produção é sustentada por relações de poder e merece ser compreendida, questionada e não apenas respeitada e tolerada* (2006, p.192).

A discussão sobre inclusão social é relevante para a sociedade contemporânea, isso porque historicamente os grupos de pessoas consideradas diferentes da maioria da população, de forma geral, estiveram excluídos do processo de construção, acesso e decisão pública. São exemplos disso, quando no Brasil as mulheres não podiam votar, os negros discriminados perante a cor da pele, pessoas com necessidades especiais com acesso reduzido nas ações do dia a dia e outros.

No entanto, são diversas as dúvidas a cerca dessa temática, cabe destacar, portanto, que devemos sim questionar o modo em que socialmente tem se construído uma sociedade individualista, porém, é necessário diagnosticar as possíveis tentativas de políticas públicas no sentido de minimizar a exclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino brasileiro.

A temática não será sanada com o levantamento bibliográfico realizado para esse trabalho de conclusão de curso, no entanto, esse é parte necessária da inicialização do debate com destaque aos grupos minoritários da sociedade.

Segundo Luz (p.24) apud Teixeira (2003) *a idéia de inclusão é uma manifestação social bastante contemporânea, que vem sendo defendida e difundida entre variados setores da sociedade, relacionada principalmente com a defesa dos direitos de pessoas com deficiência.*

Mas não é só o educando que passa pelo processo da inclusão, esta deve ser vista como um direito garantido a todos os cidadãos independente de sua condição religiosa, política, étnica, ou grau de deficiência.

Já que a temática da inclusão está intimamente correlacionada às formas de organização em sociedade, pensa-se que o Estado é a instituição que visivelmente tem condições de subsidiar políticas no sentido de redefinir melhores condições de acesso das pessoas com necessidades especiais aos equipamentos de uso público.



Quando a relação entre o uso de equipamentos de uso público foi destacada no parágrafo anterior, pensou-se na necessidade, não exclusiva de portadores de necessidades especiais, e sim a coletividade de modo geral.

Nesse caso, o Estado deve atuar de forma interventora, isso é a intervenção do Estado por meio de políticas públicas pode dar suporte à redefinição do modo de organização social.

Inicialmente pensar em políticas públicas, é repensar formas de entender a lógica de construção do próprio espaço geográfico, se estamos considerando que o espaço geográfico é o conjunto indissociável de ações e objetos (Santos, 2006), e que este está *a priori* do Território (Raffestin, 1993). Pode-se considerar que o espaço geográfico da exclusão social é também um território em que prevalece o poder de atuação dos atores de exclusão social.

Nesse contexto, as escolas são territórios em que as primeiras formas de exclusão social são manifestadas, mesmo sendo esse o território em que parte dos direitos humanos deveriam ser assegurados, é também o local em que o direito é desrespeitado, gerando a falta de acesso.

Para aqueles que conseguem o direito a educação é necessário visualizar que o acesso só pode ser considerado quando é compreendido de forma complexa, incluindo a análise e observação sobre a permanência do educando com necessidade educacional especial no ambiente escolar.

Ao tratar diretamente sobre a inclusão de portadores com necessidades especiais no ambiente escolar, deve-se salientar que a educação está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e social de um país.

A educação inclusiva é uma inovação nas leis educacionais, traz dúvidas e polêmicas, e no caso brasileiro, o marco “legal” para a inclusão educacional está pautada na Constituição Federal, Art. 205, que declarava a educação como [...] *direito de todos e dever do Estado e da família, será [sendo] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Quando se trata da inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino básico nota-se que as políticas e práticas de ensino vêm se consolidando ao longo dos anos no Brasil,

Em 1990, a Declaração Mundial sobre Educação para todos em Jomtien, em seu artigo 1º diz que *as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadores de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência como parte integrante do sistema educativo.* (UNESCO, 1998)

O direito a educação plena e de qualidade é um assunto cada vez mais discutido pelo poder público, já que educação está sempre relacionada com a dignidade humana e aos direitos fundamentais, previsto na Declaração Mundial sobre Educação para todos:

A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente. (1990. Art.1§ 2)

Segundo a Secretaria dos Direitos Humanos *o esforço de garantir e ampliar a participação da sociedade brasileira nas decisões governamentais acerca das pessoas com deficiência foi materializado na realização de duas conferências Nacionais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nos anos de 2006 e 2008.* (2012, p. 15).

Essas Conferências Nacionais contribuíram para ampliação da participação social nas políticas públicas no Brasil. Assim, grupos sociais e culturais podem ter seus interesses representados e convertidos em políticas públicas, para que uma minoria possa não só expressar suas preferências, mas, também se sentir reconhecido por meio de leis em seu favor. Nesse sentido quanto à educação as Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência têm como objetivos: *aprender, discutir, avaliar, propor, divulgar e acompanhar a implementação da Convenção, que se tornou referência da política nacional para este segmento.* (UNESCO, 2012, p. 24).

No entanto, ainda tem um longo caminho a percorrer não só em relação ao acesso, mas também na permanência do educando na escola. A educação inclusiva para Meyrellis (2009, p.4) [...] *só será possível se houver mudanças estruturais na escola, que viabilizem as pessoas com necessidades educacionais especiais, condições para que todos tenham acesso e permanência na escola de forma que sejam respeitadas e trabalhadas suas limitações.*

As dificuldades no processo de inclusão devem ser enfrentadas pela escola, reinventando um modelo educacional que possibilite o aprendizado com trabalhos específicos para esses “novos” educandos.

Nessa perspectiva é importante destacar o papel do educador para colaborar com o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, valorizando as potencialidades de cada um, para que este possa aprender e também se sentir parte do processo na construção do conhecimento.

Em diferentes áreas do conhecimento estamos diante de novos paradigmas relacionados à inclusão, para TEIXEIRA (2009, p.5), *a inclusão supõe uma aceitação social, que as pessoas mudem o seu modo de pensar em benefício da coletividade.*

Um país como o Brasil que teve no seu início uma política educacional elitista e segregada, propor uma mudança no sistema educacional traz desafios principalmente quando se fala em educação inclusiva. Todo esse processo envolve não só a construção de um sistema novo, mas também estabelece um novo padrão social. Para Bogatschov & Moreira

[...] pode-se perceber que o atendimento a criança no Brasil tem em sua origem o aspecto do dualismo, ou seja, jardins da infância com ênfase no processo educativo e com base em uma proposta pedagógica Froebeliana para as camadas mais abastadas e creches para os filhos de operários, crianças abandonadas e desafortunadas com ênfase no cuidado com a higiene e a saúde. (1990, p.5)

Portanto, a educação inclusiva está vinculada a valorização e reconhecimento da diversidade, por meio de práticas pedagógicas que favoreçam o aprendizado, respeitando as especificidades de cada educando para que este possa se desenvolver e adquirir novos conhecimentos.

## **1.1 A Educação Especial no Brasil: Desafios e Contextualização Histórica**

O Brasil iniciou o processo histórico da educação pode-se dizer assim, na época da colonização com a chegada dos jesuítas, seguindo regimentos formulados por D. João III rei de Portugal.

[...] os jesuítas não estavam servindo apenas à obra de catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando às novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma nova pátria. [...] Foi por aí, por essas escolas de ler e escrever, fixas ou ambulantes, em peregrinação pelas aldeias e sertões que teve de começar a *fundamentis* a sua grande política educativa e com elas é que se inaugurou no Brasil ao mesmo tempo em que na Europa, essa educação literária popular (Azevedo, 1976, p. 15)

Ao longo da história o sistema educacional brasileiro passou por transformações, principalmente quando se fala em Educação Especial. No Brasil é possível verificar que essa prática foi por muito tempo negligenciada.

Os portadores de necessidades especiais viviam em instituições com caráter assistencialista de forma separada aos demais indivíduos da sociedade, pois o Portador de Necessidade Especial era desconhecido, e pouco significativo eram os estudos sobre a

diversidade em sociedade, o medo do desconhecido contribuiu para que as pessoas com deficiência fossem discriminadas e ignoradas. Segundo Mazzotta:

[...] um consenso social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” é uma condição imutável, levou a completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população. (2001, p. 16)

Um marco foi à criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro.

Para Mazzotta (2001, p.28), *é necessário destacar a institucionalização do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, por meio do Decreto Imperial nº 1428, em 1890, criado por Dom Pedro II, aprovado por marechal Deodoro da Fonseca, em 1891 houve a alteração do nome para Instituto Nacional dos Cegos, e posteriormente para Instituto Benjamin Constant (IBC), em funcionamento até a atualidade*<sup>2</sup>.

Após três anos da criação do (IBC) fundou-se também no Rio de Janeiro, o Instituto dos Surdos-Mudos. Com a criação destes dois Institutos a educação Especial no Brasil começou a ter uma visibilidade maior e se tornar temas de Congressos.

No ano de 1926, foi criado no Rio Grande do Sul o Instituto Pestalozzi com a concepção da ortopedagogia, atendendo seus educandos por meio de convênios com instituições públicas estaduais e federais.

Para Mazzotta (2001, p. 29), *esses estabelecimentos tiveram o papel fundamental na evolução da Educação Especial no Brasil, pois após suas fundações muitos Institutos foram criados para atender esse o grupo de pessoas portadoras de necessidades especiais.*

Em 1946 em São Paulo uma importante Instituição de atendimento a deficientes visuais foi fundada, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil que contou com esforços de Dorina de Gouveia Nowill, que ficara cega aos dezessete anos.

A fundação iniciou suas atividades com o propósito de produzir e distribuir livros impressos em sistema braile. Em 1990 a fundação passou a chamar-se Fundação Dorina Nowill para cegos. (Mazzotta, 2001, p. 35).

Posteriormente, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa, AACD foi fundada em 1950 com o intuito de atender deficientes físicos não sensoriais, de modo especial portadores de paralisia cerebral e pacientes com problemas ortopédicos. A AACD mantém em

---

<sup>2</sup> Site oficial do Instituto Benjamin Constant, <http://www.ibc.gov.br/>. Acessado em 23/10/2014

seu centro de Reabilitação um setor escolar para complementar o atendimento de crianças em idade escolar.

No ano de 1954, nasceu no Rio de Janeiro à primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), motivada por Beatrice Bernis, mãe de uma portadora de Síndrome de *Down*.

Essas instituições demonstraram avanços nos serviços principalmente assistencialistas para Portadores de Necessidades Especiais, mas não suprimiram a necessidade de inclusão desse grupo à sociedade, entende-se que o avanço a temática se dá na reestruturação social como um todo, de modo que as leis possam dar amparo ao exercício prático do cotidiano coletivo.

## **1.2 Inclusão Social no Sistema Educacional Brasileiro**

Para compreendermos as políticas educacionais do Brasil e suas problemáticas é necessário rememorar as construções a cerca da educação ao longo da história do sistema educacional brasileiro.

Em dois séculos a organização do sistema educacional brasileiro passou por muitos processos como a Reformas Pombalinas que se baseavam nas ideias laicas e instituíram a versão de “Educação Pública Estatal”. Com a Proclamação da República em 1889, tem-se a separação entre Igreja e Estado.

No decorrer do século XVIII, a rápida industrialização fez com que surgissem novos ideais de educação que, até então eram apenas voltadas para as classes sociais mais elevadas.

Assim a preocupação em investir cada vez mais em educação remonta da ideia de melhor preparar o trabalhador para que este atenda as demandas de um novo setor produtivo e possam suprir as expectativas do mercado Capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial com a criação da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) expandem-se os ideais de popularização da educação, que estava fortemente vinculada ao desejo de modernização, e é neste sentido que passa a ser pensada como forma de qualificar mão- de- obra. (Xavier; Ribeiro; Noronha, 1994, p.5).

E é neste contexto que surgem as primeiras contradições a cerca das concepções que deveriam orientar os rumos da educação brasileira e a importância dela para o desenvolvimento econômico e social do país.

Assim educação pode ter várias interpretações, e o fato de uma palavra ter essa pluralidade mostra a sua importância para a construção de uma sociedade que perpassa necessariamente pela educação. *Desde que o homem é homem ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação.* (SAVIANI, 2000, p. 1).

A escola pública, tal como hoje, se constitui no país, nasceu tardia. Apesar das várias formas de educação pública que surgiram no início da história do Brasil, como se viu anteriormente chega-se ao consenso de que a construção de um sistema público de ensino é uma conquista recente (século XX), de forma mais específica dos anos 30. Assim, percebe-se a ausência do público no passado e a presença marcante do privado desde as origens. (Nogueira; Gomes, 2001, p. 6)

A década de 1930 foi marcante no sentido de se estabelecer novos tempos na educação com a tentativa de estabelecer Planos Nacionais que pudessem dar condições de aprendizagem e preparo para a classe popular sem alterar a estrutura social. Assim Saviani (2000) cita algumas medidas relativas à educação em nível nacional:

- Reformas do Ministro Francisco Campos (1931);
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) – direcionava para a construção de um Sistema Nacional de Educação;
- Constituição de 1934 – coloca a exigência de fixação das diretrizes da educação e elaboração de plano nacional de educação;
- Conjunto de reformas promulgadas (entre 1942 e 1946) por Gustavo Capanema (na época Ministro da Educação do Estado Novo) – as Leis Orgânicas do Ensino;
- Lei Nacional referente ao ensino primário (1946);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estimula a expansão de cursos técnicos (1961);
- Intervenção militar- reorganizou o sistema de ensino para atender as exigências internacionais (1964);
- Diante da recuperação econômica, cresce a demanda por educação (1968);
- Foi elaborada a Lei 5.692/71 focalizando a obrigatoriedade do ensino (1971).

Diante de todas as crises econômicas por qual passou o país nesses períodos o sistema educacional brasileiro foi profundamente afetado pelos conflitos de interesse isso fez com que houvesse uma desigualdade cada vez mais crescente no país.

A partir das dificuldades em organizar um sistema de ensino que atendesse a todos a Constituição de 1988, procurou reunir todas as políticas educacionais de forma geral, com a intenção de ampliar o acesso a educação.

Na década de 1990, o que aconteceu foi que, uma pequena parcela da população tinha acesso aos graus mais elevados de escolarização. E assim surgem as Políticas de Educação para Todos, que permanecem até os dias atuais.

As inúmeras reformulações por quais passou o sistema educacional brasileiro foi para assegurar que os portadores de necessidades educacionais especiais tivessem na política educacional a oportunidade de serem inclusos na escola regular de forma que fossem respeitados e suas necessidades fossem atendidas.

## CAPÍTULO II

### POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para compreender o processo da inclusão social faz-se necessário entender as políticas públicas desenvolvidas no/para o sistema educacional brasileiro, em que a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino é obrigatório.

Há um número expressivo de políticas públicas cujo objetivo é garantir os direitos dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, e nesse sentido a sociedade precisa compreender que essa parcela da população possui capacidades que bastam ser desenvolvidas respeitando suas limitações.

A falta de informações faz com que pessoas portadoras de necessidades especiais sejam vistas como um entrave para a vida social, sendo muitas vezes tratadas de maneira discriminatória e preconceituosa.

*Quando se fala políticas públicas diz-se a respeito de procedimentos norteadores de ação do poder público com a sociedade (Teixeira, 2002) ou regras sistematizadas e documentadas que orientem ações onde existe aplicação de recursos públicos.*

Para Souza, pode-se então explicar política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo [...] *colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).* (Souza, 2006, p.26).

Nesse sentido política pública seria uma forma de legitimar ações já garantidas por Lei, e através de sua aplicabilidade devem ser analisadas se são apropriadas ao contexto social e cultural respondendo as necessidades da sociedade.

Cáritas apud Teixeira (2003) possui a definição de que a [...] *política pública é um conjunto de ações permanentes que asseguraram e ampliaram direitos civis, econômicos, sociais e coletivos de todos, que devem ser amparados em lei, de responsabilidade do Estado (financiamento e gestão) e com controle e participação da sociedade civil.*

Ao compreender a definição de políticas públicas, é necessário especificamente, observar que políticas públicas para Educação Especial no Brasil ganhou espaço gradativamente através de leis, decretos e declarações que permitiram que fossem criadas instituições em prol do atendimento as pessoas com Necessidades Especiais, como citado anteriormente.

No caso brasileiro a Constituição Federal de 1988, foi de grande importância na luta das pessoas com necessidades educacionais especiais, deixando de lado o modelo



assistencialista e atentando para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Após a promulgação das leis muitas conferências aconteceram para que os portadores de necessidades educacionais tivessem seus direitos garantidos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que passou garantir os direitos à educação dos portadores de necessidades especiais, no artigo 54, diz que [...] *o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, para que assim todos tenham as mesmas condições de se desenvolverem sob a proteção do Estado.* (ECA, 1990, f/07).

Nesse sentido a Declaração de Salamanca que foi uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais realizada em 1994, que diz em seu art.8

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração de Salamanca, 1994, p.46).

As políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência têm passado por reformulações ao longo dos anos, sempre na tentativa de assegurar que os portadores de necessidades especiais tenham seus direitos respeitados e para que a educação não seja mais um fator de exclusão social. E foi após a Declaração de Salamanca que outras normatizações foram oficializadas no Brasil, mudando assim os rumos da Educação Inclusiva.

A partir da promulgação da Lei 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), o artigo 58 *apresenta o entendimento dessa área como uma modalidade da educação escolar que deve situar-se preferencialmente na rede regular de ensino.* (LDB, 1996).

Nesse novo contexto a resistência da lugar a um novo desafio, desmistificar os preconceitos para assim eliminar a exclusão da pessoa portadora de necessidades especiais. *Reconhecer a importância da participação dos portadores de deficiência no planejamento e na execução dos serviços e recursos a eles destinados é, sem duvida, um imperativo de uma sociedade que pretende ser democrática.* (Mazzotta, 2001, p.65).

O Plano Nacional da Educação para o decênio 2011-2020 (PNE) foi elaborado a partir da I Conferencia Nacional de Educação com o intuito de universalizar a educação básica, *respeito e atendimento as diversidades étnicas, religiosas, econômicas e culturais;* (MEC, 2011-2012).

A inserção desse novo educando nas escolas de ensino regular tem sido motivo de debates cada vez mais frequentes a partir do discurso de inclusão.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que *o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana*. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Este Decreto tem uma finalidade primordial na educação, integrando a pessoa com necessidades educacionais especiais no contexto da diferenciação para promover a eliminação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso à escolarização.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003, é aprovado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

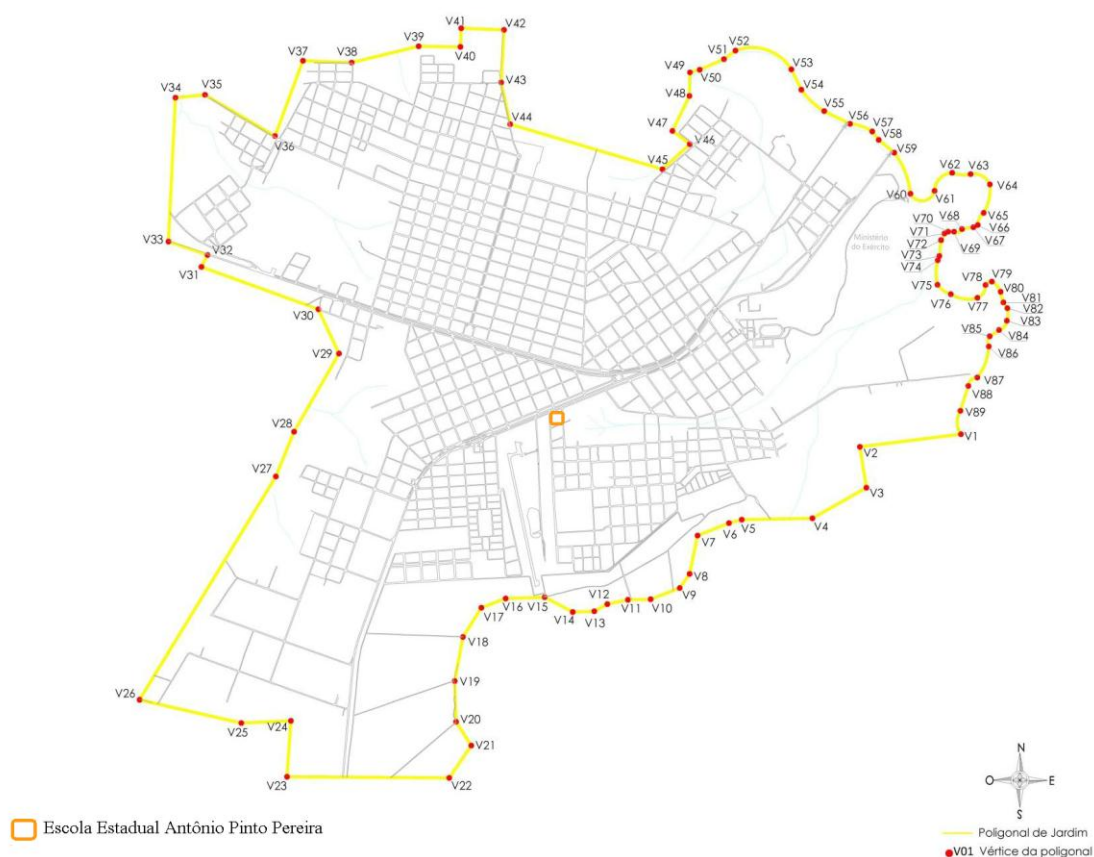
A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que favorecem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional

Essas metas visam alterar os rumos das Políticas sociais para que pessoas com necessidades educacionais especiais participem em condições de igualdade no processo educacional independente de suas condições.

### CAPÍTULO III

## EDUCAÇÃO ESPECIAL: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO PINTO PEREIRA

Esse capítulo do trabalho de pesquisa está vinculado à leitura e análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira (APP), e verificada com trabalho a campo realizado no decorrer do ano letivo de 2014, como a figura 01 mostra a localização da escola no município de Jardim.



Fonte: Plano Diretor Participativo.  
Org: VIEIRA, 2014

Com base no Projeto Político Pedagógico P.P.P instrumento teórico metodológico que visa o enfrentamento dos desafios cotidianos da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa, para isso o P.P.P constitui-se, portanto em um instrumento que expressa às diretrizes do processo ensino-aprendizagem, possui como referencial a sua realidade, a de seus alunos e as expectativas e possibilidades concretas,

objetivando assim que os alunos através do processo de discussões, trocas e buscas comuns possam participar da construção da cidadania da comunidade da qual está inserido.

Descrito no PPP da escola Antônio Pinto Pereira o Marco Situacional, possui como objetivo formar o cidadão, isto é, construir conhecimento, e atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo, socializando o saber sistematizado historicamente acumulado, como patrimônio da humanidade, contribuindo assim para a democratização da sociedade.

Seguindo nessa mesma perspectiva os Eixos Norteadores da escola APP são os seguintes: Os princípios Éticos da Autonomia, da responsabilidade, da solidariedade ao Bem Comum; Os princípios Políticos dos Direitos e Deveres da cidadania, do exercício da criatividade e do respeito á Ordem Democrática; Os princípios Estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações Artísticas e Culturais.

Dessa forma o PPP da escola APP descreve que a Proposta Pedagógica da escola seja construída e considerada com êxito, deverá permitir: trabalhar valores culturais, cívicos e morais, como temas transversais; integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados. Colocar o aluno com foco de todo trabalho escolar; Para que a Escola cumpra sua função social, será necessário: Integração e participação da comunidade escolar; Cursos de formação para profissionais da educação; Materiais didáticos que facilitem o trabalho do professor; Respeito aos direitos e deveres estabelecidos no regimento escolar e respeito à carga horária do aluno.

### **3.1 Histórico da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira**

A escola Estadual Antônio Pinto Pereira (APP) foi criada através do Decreto nº 965 de 03/04/1981. A atribuição da denominação da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira se deve a uma homenagem ao professor Antônio Pinto Pereira<sup>3</sup>. Inicialmente a escola contava com oito salas, em 1993 foram construídas mais duas salas a escola passou então a oferecer à

---

<sup>3</sup> O professor Antonio Pinto Pereira, natural de Cuiabá, nascido em 11 de março de 1902, estudou na mais tradicional escola de Cuiabá, o Liceu Cuiabano. Quando sentou-se praça no Exército Brasileiro, foi transferido para Aquidauana, Ponta Porã e Jardim. Em Jardim serviu como policial, em seguida foi designado como professor da Escola Reunida, localizada onde atualmente é a guarita da entrada da vila militar, a direita da antiga Escola Coronel Felício. Disponível em < <http://eeappjardim.blogspot.com.br/p/nossa-escola.html>>

Educação Infantil e o Pré-Escolar passando a denominar-se Escola Estadual de Pré-Escolar 1º e 2º graus Antônio Pinto Pereira<sup>4</sup>.

Fundada há mais de 40 (quarenta anos) a escola atualmente oferece a Educação (Ensino Regular Fundamental e Médio) e o curso técnico PRONATEC para quem já concluiu o Ensino Médio, possui atualmente 14 salas incluindo a sala de Recursos Multifuncionais, a escola recebe aproximadamente no ano letivo de 2014, 1.000 alunos. A escola APP funciona em três períodos (matutino, vespertino e noturno) atende alunos da área urbana e da zona rural.<sup>5</sup>

A escola Antônio Pinto Pereira atende os alunos dos seguintes bairros do município de Jardim/MS: Vila Brasil, Vila Cohab Paraíso, Vila Jardim Itapê, Vila Jardim São Francisco, Vila Cohab Aeroporto, Vila Jardim Bela Vista e Vila Camisão, contribuindo para que esses alunos possam exercer a sua cidadania na sociedade.

Possui também entre seus objetivos recuperar os alunos de menor rendimento, trabalhar em articulação como as famílias e comunidades, estimular a construção de uma escola cidadã, educar por meio de debates discutirem a problemática da realidade de uma forma positiva.

Sua filosofia esta diretamente vinculada à dignidade do indivíduo no direito à diferença à solidariedade, harmonia, fraternidade. Conduzindo o aluno enquanto cidadão tornando-o responsável pela construção de uma escola democrática e competente.

Dessa forma a escola busca através do conhecimento a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade, dessa forma a escola usa o conhecimento como informação que pode mudar algo ou alguém<sup>6</sup>.

### **3.2 Análises de dados obtidos em Pesquisa de Campo**

Os dados tabulados a seguir são levantamentos a cerca das condições físicas e estruturais necessárias para a inclusão de um aluno PNEE se pautamos em Documentos,

---

<sup>4</sup> Ibid

<sup>5</sup> Informações obtidas na Secretaria da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira.

<sup>6</sup> Informações referentes a Escola Estadual Antonio Pinto Pereira disponível no Projeto Político Pedagógico fornecido na secretaria escolar.

Decretos e Leis, ou seja, as políticas públicas criadas para garantir os direitos à educação no ensino regular de alunos PNEE para que todos tenham os mesmos direitos como cidadão.

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais é um desafio, para as escolas públicas, pois nem todas estão aptas a receber esse tipo de aluno uma vez que a acessibilidade, infraestrutura, habilitação de professores entre outros fatores dificultam o processo de inclusão do aluno com PNEE.

Partindo desse princípio a escola APP, com o passar dos anos vem se reestruturando para melhor atender os alunos com PNEE como podemos ver na Figura 02 a rampa de acesso na entrada da escola facilitando a acessibilidade para os alunos adentrarem no recinto escolar, dessa forma concluiu-se que a escola APP possui uma série de infraestrutura adequada para atender o aluno especial tais como: corredores livres de obstáculo, os banheiros são adaptados conforme as normas da ABNT, salas de aulas com portas largas para facilitar a passagem de alunos com deficiência física entre outras.

Figura: 02 Rampa de Acesso na entrada da escola APP



Fonte: Pesquisa de Campo  
Org: VIEIRA, 2014

A escola APP recebe aproximadamente 1.000 alunos no ano letivo de 2014, sendo que 13 deles possuem algum tipo de necessidade educacional especial, (quadro 01) desses 13 alunos 02 (matutino) 11 (vespertino) desse total três alunos contam com auxílio de professor

de apoio no ambiente escolar e um desses três, com o auxílio de interprete de Libras para o auxílio na comunicação aluno/professor ou aluno/aluno.

Atualmente a escola estudada possui quatorzes salas de aulas, destacamos à sala de Recurso Multifuncional (Figura 03) promovido pela Secretária de Educação Especial/MEC para um melhor atendimento aos alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, como complemento ao ensino da sala comum, promovendo dessa forma uma educação de qualidade aos PNEE.

Figura: 03 Localização da Sala de Recurso Multifuncional da escola APP



Fonte: Pesquisa de Campo  
Org: VIEIRA, 2014

A sala de Recurso Multifuncional é um ambiente onde se desenvolve o ensino de atividade indispensável à formação do aluno, e dotada de equipamentos de materiais didáticos e pedagógicos ( Figura 04) disponíveis para o atendimento do aluno PNEE. Possui a função auxiliar no atendimento educacional especializado intermediando as articulações de ações inclusivas entre alunos/professores.



Figura: 04 Estrutura Física da Sala de Recurso multifuncional na escola APP



Fonte: Pesquisa de Campo  
Org.: VIEIRA, 2014

Na escola Estadual Antônio Pinto Pereira verificou-se que a sala de Recursos Multifuncionais trás benefícios e cria condições de permanência para pessoas que possuem algum tipo de deficiência no ensino regular permitindo que a criança ou o jovem trabalhe com a sua deficiência, a sala de Recursos Multifuncional conta com o auxilio de um espaço pequeno, mas que atende a demanda dos alunos com materiais pedagógicos, computadores, impressora e mobiliários adaptados.

A sala em destaque possui iluminação, fácil acesso aos alunos, os materiais didáticos e pedagógicos são diversificados o que permite o atendimento de acordo com a necessidade do aluno, salientamos que todo material comum para o uso do aluno é fornecido pela escola bem como os materiais didáticos específicos para cada área, por exemplo: jogos pedagógicos adaptados, cadernos com pauta para escrita ampliada, entre outras ferramentas de ensino.

A professora que atende a sala de Recurso Multifuncional é habilitada em Biologia, quando surgiu a oportunidade de atender os alunos PNEE, procurou capacitar-se e fez cursos de Libras, Braille, Orientação e Mobilidade para deficientes visuais. Atende os alunos de forma individualizada ou em pequenos grupos, uma vez por semana dependendo da necessidade do aluno, com duração de 1 a 2 horas, frequentada em turno diferente do horário que o aluno frequenta em classe.

O professor da Sala de Recursos trabalha juntamente com o professor da classe de origem do aluno, pois é esse professor que faz o encaminhamento com a necessidade do

aluno, passando o professor especialista que registra a atividade de aprendizagem e de desenvolvimento de cada aluno disponível a coordenação pedagógica e ao professor do ensino comum.

Dessa forma a sala de Recurso Multifuncional da escola não é assumida apenas pelo professor especialista, mais por um trabalho em conjunto com professores de outras áreas.

Foram entrevistados 12 professores que atuam na Escola Estadual Antônio Pinto Pereira da cidade de Jardim/MS. Nesse sentido optamos pela elaboração de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Dados que ao serem tabulados nos permitiram uma análise qualitativa e quantitativa do objeto de pesquisa. De acordo com os dados levantados a Escola Estadual Antônio Pinto Pereira trabalha com a inclusão dos alunos com PNEE com diferentes tipos, como podemos observar na Tabela 01 posteriormente:

**Quadro: 1 Tipos de PNEE que estudam na Escola Antônio Pinto Pereira.**

<b>Tipos de PNEE</b>	<b>Série</b>	<b>Idade</b>	<b>Total</b>
<b>Paralisia cerebral</b>	1 Educando / 4º ano E. F. 1 Educando / 6º ano E. F. 1 Educando / 7º ano E.F 1 Educando / 2º ano E. M.	(16, 9, 11, e 12 anos respectivamente).	04 Educandos
<b>Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD)</b>	2 Educandos /3º ano E. F. 1 Educando /5º ano E. F. 2 Educandos / 6º ano E. F. 1 Educando / 7º ano E. F.	(8, 10, 11 e 12 anos respectivamente)	06 Educandos
<b>Visual</b>	1 Educando / 6º ano E. F.	11 anos	01Educando
<b>Auditiva</b>	1 Educando / 3º ano E .M.	17 anos	01 Educando
<b>Dislexia<sup>7</sup></b>	1 Educando / 6º ano E.F.	11 anos	01 Educando

Org.: VIEIRA, 2014

<sup>7</sup> O dislético é portador de uma dificuldade, mas não de uma deficiência. Mas o legislador não teria incluído no conceito de deficiência o de dificuldades de aprendizagem? Cremos que sim. Isso por conta da concepção de Estado, o social, voltado às questões sociais e de cidadania. Disponível em < <http://www.educacaoonline.pro.br> Acessado 29/10/2014.

Contudo segundo a diretora Anna Zinna Boeira a Escola Antônio Pinto Pereira *vem buscando melhoria para oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos matriculados, visando o aprendizado dos mesmos e a capacidade dos profissionais que atuam na escola.* Quadro 02 mostra o tempo de atuação dos profissionais que atuam na escola.

<b>Tempo de atuação dos professores entrevistados na escola</b>	
<b>Entre 1 a 3 anos</b>	7 professores
<b>Entre 4 a 7 anos</b>	4 professores
<b>Entre 8 a 10 anos</b>	1 professor

Fonte: Pesquisa de campo

Sabe-se que o tema inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular é tarefa que envolve um todo e requer modificações no sistema educacional, isso implica em vários procedimentos que vai desde a adequação do currículo até na estrutura física de uma escola, o desafio da inclusão é contextualizado na escola APP onde a mesma possui preocupações em atender os alunos PNEE da melhor forma possível.

Segundo Sasaki (2010) *inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (p.62).*

Desta maneira a escola coloca-se a disposição para receber o PNEE e contribuir com o seu crescimento intelectual, garantindo a aprendizagem e o desenvolvimento social de cada aluno PNEE, um dos pontos chaves da questão inclusão na escola é o desafio lançado ao professor, mesmo que eles sejam experientes em sala de aula de acordo com a pesquisa de campo a maioria disse não estar preparada para desenvolver estratégias diversificadas para a inclusão desses alunos.

Diante das respostas dos professores percebem-se as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão escolar, por falta de curso/e ou disciplina em sua formação sobre PNEE. O que dificulta o trabalho em sala, levando o professor a trabalhar de maneira geral com método tradicional de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação do Brasil evoluiu no que se diz respeito ao atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais e garantir seus direitos na formação da cidadania.

As escolas são chamadas para se reestruturarem para atender a proposta de inclusão escolar, nem sempre as expectativas criadas em torno das novas propostas são alcançadas. Assim o presente trabalho apresentou a realidade do sistema escolar, os desafios e caminhos percorridos na busca por uma inclusão no saber e também na convivência social.

A inclusão social e escolar é um desafio que deve ser enfrentado pela comunidade escolar para que as diferenças sejam valorizadas e respeitadas e os PNEE possam estar em condição de igualdade com os demais educandos.

De modo que as dificuldades existem, e para que a escola possa superar o preconceito e a discriminação é necessário que haja uma verdadeira inclusão de alunos não só do ponto de vista técnico mas, também humano.

Diante do resultado das discussões o trabalho desenvolvido deixou claro que os professores estão cientes de que não estão preparados para a inclusão, pois mais de 70% (setenta por cento) argumentam que enfrentam algumas dificuldades, seja na forma de ensinar o conteúdo proposto, se pautando de métodos tradicionais de ensino, pois determinados profissionais da educação, argumentam que durante sua formação não tiveram base para lidar com tais situações e necessitam de auxílio de especialistas.

Portanto conclui-se que a educação deve atender satisfatoriamente à totalidade dos educando. Percebe-se que na Escola onde foi realizada a pesquisa de campo houve mudanças estruturais e funcionais, as ações implantadas por meio políticas públicas.

É compromisso do Estado a redefinição do espaço educacional. A garantia do acesso não necessariamente redefine "olhar" sobre o Portador de Necessidades Educacionais especiais, mas é instrumento legal de apoio ao direito e garantia de igualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F.A **transmissão da Cultura** 5ª Ed. Brasil, INL, 1976.

BOGATSCHOV, D. N.; MOREIRA, J. A. S. **Políticas Educacionais para o atendimento a infância no Brasil: Do assistencialismo a indissociabilidade entre cuidar-educar**, 1990. Disponível em: <<http://.histedbr.fae.unicamp.br>> Acessado em 13/09/2014.

BRASIL. **3ª Conferencia Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2012. Disponível em: WWW. Pessoaacomdeficiencia.gov.br. Acesso 12/09/2014

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [WWW.planalto.gov.br](http://WWW.planalto.gov.br). Acesso 10/09/2014.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos**. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br). Acesso 15/09/2014.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. ONU. Assembléia Geral das Nações Unidas, 1948, Genebra. Disponível: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br). Acesso 22/09/2014.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei Federal 8069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Santa Maria: Palloti, 1990.

BRASIL. **IBGE. Censo Demográfico, 2000** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>> Acesso em: 28/08/2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br>> acessado: 14/09/2014.

BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais**. Libras Lei nº 10.436/02. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso 15/09/2014

BRASIL. **Ministério Público Federal**. Lei nº 8.625/93 Disponível em [mfp.mp.br](http://mfp.mp.br). Acesso 16/09/2014.

BRASIL. **MEC**. Ministério da Educação. Portaria nº 2.678/02. Diretrizes e normas para uso e ensino do sistema Braille. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso: 17/09/2014.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. - Brasília: MEC/ SEF, 1998. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**; História e Políticas Públicas 3ª Ed., Cortez, 2001.

MEYRELLES, D. J. **Inclusão Prática Pedagógica e Trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre, Mediação, 2009.

MONTOAN, M.T. **O Direito de ser sendo diferente na escola**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

NOGUEIRA, T. J. A. GOMES, A. J. **Organização do Sistema Educacional Brasileiro**.

OLIVEIRA, R.P. de. ADRIÃO, Thereza. **Organização do Ensino no Brasil**: níveis e modalidades da Constituição Federal e na LBD. 2ª Ed. São Paulo, Xamã, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): Escola Estadual Antônio Pinto Pereira. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia - Brasília: MEC/ SEF, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática, 1993.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira, a nova lei da educação**. Limites e Perspectivas. Campinas, SP. 6ª Ed. Autores Associados. 2000.

SILVA, Edilza Maria Da. **Re-pensando a prática pedagógica na educação de jovens e adultos**. Natal, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da Literatura**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TEIXEIRA, Elenaldo.C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2003. Disponível em: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br) .Acesso 15/09/2014.

TEIXEIRA, Marina, C.A. **Políticas Públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. 2009. Disponível em: [www.bibliotecadigital.fgv.br](http://www.bibliotecadigital.fgv.br). Acesso 15/09/2014.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

XAVIER, R. N. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo, SP: FTD. 1994.